

## **O PAPEL DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO DEBATE TEÓRICO SOBRE OS CONCEITOS DE CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR.**

Larissa Mies Bombardi\*

### **RESUMO:**

O objetivo deste artigo é fazer uma discussão acerca do papel da geografia agrária no que diz respeito ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar.

O termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. Está se tentando forjar um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado. A este tipo de visão queremos opor a nossa, e iniciar o debate tendo como ponto de partida a idéia de que ao procurarmos explicar e entender a sociedade é necessário adentrar a sua lógica e ir ao âmago dos processos sociais. O conceito de agricultura familiar tem servido de base para as políticas públicas no tocante à questão agrária e, neste sentido, torna-se indispensável uma reflexão sobre ciência e ideologia. Entendo que o debate sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato deve ser entendido neste âmbito.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Campesinato, agricultura familiar e geografia agrária

### **ABSTRACT:**

This text intends to discuss the position of agrarian geography dealing with the theoretical debate on the concept about peasant and familiar agriculture.

The so called "familiar agriculture" has been introduced specially in the nineties in opposition to the peasant concept designating how they are inserted in the market. They are trying to forge a concept which would classifying and take unto consideration the external aspect of how the farmers relate themselves with the market. We aim to confront this point of view starting a debate to prove an idea, explaining the understanding necessary to penetrate the logic and so going to the heart of social processes. The concept "familiar agriculture" was used as a platform to stand public politics interests dealing with the agrarian problems that is why a reflection is indispensable on the science and ideology.

I think that this kind of debate on agricultural familiar concepts concerning the peasants have to be understood through this perspective.

### **KEY WORDS:**

Peasant, familiar agriculture, agrarian geography.

*"De fato, a geografia, foi 'desde os seus começos' mais uma ideologia que uma filosofia e isso não se deu apenas na Alemanha mas um pouco pelo mundo inteiro...A ideologia engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia ... A geografia foi chamada a representar um papel importante nesta transformação...Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro aspecto do mesmo programa...A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular de um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão..."(Milton Santos em: Por uma Geografia Nova)*

Escolhi a epígrafe acima, pois creio que ela dá o tom da discussão que quero fazer neste artigo.

Os conceitos com os quais trabalhamos não são de forma alguma neutros, temos sempre que ter em conta a responsabilidade social que nos cabe enquanto pesquisadores.

Neste sentido, penso que o debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e (versus) agricultura familiar é mais complexo do que parece ser à primeira vista. Embora os termos soem como sinônimos, estão por trás dos mesmos conceitos teóricos que são diametralmente opostos.

O objetivo deste artigo é ir a fundo nesta questão numa reflexão que envolva o papel da geografia enquanto ciência e que procure, sobretudo como preocupação da geografia agrária especificamente, desvendar o que há por trás deste debate.

As ciências humanas (poderíamos dizer que de uma forma geral) e, muito especialmente a Geografia, têm sofrido de uma distorção em sua

maneira de enxergar a realidade em que ao invés de informarem o pensamento da sociedade são por ele informada, ou seja, estão por vezes tão imersas na ideologia (na acepção clássica da palavra, tal como proposta por Marx<sup>1</sup>) – deliberadamente ou não - que não se dão conta de seu modo de enxergar, não se enxergam a si mesmas.

A Geografia, como nos mostrou Milton Santos (1990) teve desde seu princípio, e de maneira exacerbada, um papel fundamentalmente ideológico, o que mais tarde implicou na inevitável dificuldade de estabelecer-se enquanto ciência.

De acordo com ANDRADE (1985:9), no mesmo sentido que nos indica Milton: "*As sociedades de Geografia, contando com fundos fornecidos por governos dos países em expansão capitalista e por grandes empresas comerciais, estudavam os territórios desconhecidos, indicando os recursos existentes e as possibilidades de exploração dos mesmos...*"

Não só a geografia constituiu-se enquanto ciência como ideologia, como, e o que é mais perigoso, a própria história do pensamento geográfico, também ela, é construída ideologicamente ao alijar de suas/nossas informações geógrafos como Reclus e Kropotkin.

De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves, em seu trabalho *De Geografia às Geografias: Um mundo em busca de novas territorialidades*,

*O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo*

*homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade. (GONÇALVES, 2001:2)*

De fato, nossa geografia oficial foi sempre marcada por uma visão colonialista do mundo, em que ao mesmo tempo que forjava um pensamento científico, naturalizando a desigualdade entre os povos, nutria politicamente, com o respaldo científico, a "missão civilizadora" da Europa, portadora da visão moderna à qual Carlos Walter se refere.

Por outro lado, felizmente, o pensamento científico geográfico não aflora apenas como ideologia, ao contrário, surpreende-nos ler as palavras de KROPOTKIN (1986:6-7):

Quando um político francês proclama recentemente que a missão dos europeus era civilizar algumas delas [as outras raças] – ou seja, com as baionetas e as matanças de Bac-leh-, não fazia mais do que elevar à categoria de teoria os mesmos fatos que os europeus estão praticando diariamente.

Até agora os europeus têm civilizado os selvagens com whisky, tabaco e seqüestro; os têm inoculado com seu vírus; os têm escravizado.

Percebe-se com que fantástica clareza o *geógrafo libertário* vê a "missão civilizadora européia" e, deixa antever o papel da ciência enquanto ideologia, ao qual ele se opõe radicalmente, especialmente quando afirma claramente que o papel da geografia é ser um meio para anular os estereótipos e combater os preconceitos inculcados com relação às "raças inferiores" (os não brancos).

Se a geografia aflora colonialista e ideológica, o que é verdade, ela também aflora libertária, ainda que "exilada" em sua própria história e, Kropotkin, como Reclus, viveram este exílio literalmente no cotidiano de suas vidas.

A questão do papel da geografia enquanto ciência não deve restringir-se à formação do pensamento geográfico, ao contrário, deve ser

permanente, e penso que esta discussão é mais atual e pertinente do que nunca.

Assim, entendo que o debate sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato deve ser entendido neste âmbito. Ou seja, fazer uma reflexão neste sentido implica em considerar a questão da ideologia na ciência, como procurarei mostrar.

O objetivo deste artigo é fazer esta reflexão tomando em consideração três questões que julgo essenciais, como o leitor poderá observar.

O termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. Fundamental neste sentido é a obra organizada por Hugues LAMARCHE, em dois volumes, que contou com pesquisadores de diversos países, na qual ele afirma que (1993:15-19):

*Henri Mendras havia previsto, já em 1967, o fim dos camponeses. Dezoito anos depois, ele constata que estava com a razão e declara que se assistiu ao desaparecimento da exploração familiar. Na verdade, a exploração camponesa hoje praticamente desapareceu do território francês, mas com certeza a exploração familiar não, e não se pode confundir as duas coisas.*

*A exploração camponesa é familiar ... mas nem todas as explorações familiares são camponesas...*

*O leitor atento terá percebido que nossa reflexão acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado. É claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico, quanto no plano sócio-cultural.*

E também mostra que em sua concepção (LAMARCHE, 1993:18):

*As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corres-*

*ponda a uma classe social no sentido marxista do termo.*

Neste mesmo sentido, segundo ABRAMOVAY (1992:24) em sua obra que também se tornou referência com relação ao conceito de agricultura familiar, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*:

*... são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos ....*

*Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado.*

Ainda no segundo volume de sua obra, LAMARCHE (1998:62) volta a afirmar que: "Lembremos, por outro lado, que nossa reflexão a respeito da agricultura familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado". E, então, apresenta um gráfico cartesiano no qual o eixo x representa a dependência (de fraca a forte) e o eixo y representa a lógica familiar (de fraca a forte) e, assim, ele estabelece quatro modelos, de acordo com o posicionamento neste gráfico, a saber: Modelo Agricultura Familiar Moderna, Modelo Empresa, Modelo Agricultura Camponesa, Modelo Empresa Familiar.

E, finalmente, mais à frente, apresenta uma ressalva de que os modelos não são absolutos. Na verdade, a realidade não se encaixa nos modelos por ele definidos, e, ele procura explicá-la de uma forma que acaba praticamente por invalidar sua proposição:

*Aparece aqui muito claramente que todos os estabelecimentos estudados permanecem em situações intermediárias em relação aos extremos, como se não quisessem ou não pudessem engajar-se mais profundamente em seu modelo ideal respectivo. Essa prudência pode ser considerada como um fator de equilíbrio na medida em que esses produtores procuram conservar uma certa margem de manobra, uma capacidade de regulação e de adaptação às diversas limitações, tanto*

*internas quanto externas, com as quais eles devem defrontar-se regularmente.* (LAMARCHE, 1998:72) (grifos meus).

O modelo proposto por Lamarche caminha no sentido do Modelo Original (mais selvagem, em suas palavras) para o Modelo Ideal: "Assim podemos imaginar um eixo escalonado segundo o grau de integração no mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o "Modelo Original" e, de outro, o "Modelo Ideal"."(1993:19).

Esta concepção evolucionista e cartesiana reflete uma visão absolutamente "colonialista", exatamente no sentido que a atribuiu Carlos Walter no trecho mencionado anteriormente. Neste tipo de entendimento o "moderno", o "civilizado", superam inexoravelmente o que é tido como arcaico, como portador do "atraso".

Percebe-se pelos trechos acima que está se forjando um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado.

A este tipo de visão queremos opor a nossa, e realizar o debate tendo como ponto de partida a idéia de que ao procurarmos explicar e entender a sociedade é necessário adentrar a sua lógica e ir ao âmago dos processos sociais.

Do ponto de vista da geografia, se tomarmos o território como categoria de análise, faz uma grande diferença falar em campesinato ou em agricultura familiar, fundamentalmente porque a questão das relações sociais se configura como essencial nesta análise.

Trabalhar com o conceito de camponês tal como propõe autores como Shanin, Martins e Oliveira, significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção.

Esta concepção do campesinato, enquanto classe social, é um dos alicerces que fundamenta o rol de hipóteses centrais desta discussão, uma das quais está assentada na premissa de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção.

Neste entendimento, sabemos que o capitalismo carrega consigo a necessidade constante de sua reprodução, sua manutenção só

se estabelece reproduzindo também o processo de produção do capital. Segundo MARTINS (1996:19-20):

*o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.*

Neste sentido é possível compreender como o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. Assim, a especificidade da produção camponesa, como podemos ver no texto seguinte, é que faz com que se constitua em parte do capitalismo e por ele não seja destruída, mas ao contrário, reproduzida:

o objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência; portanto, fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar mais.... (SHANIN, T. s/d: 4-5).

Admitindo-se que a fórmula da produção camponesa seja M-D-M e que a da produção capitalista seja D-M-D', existem diferenças básicas entre elas. O objetivo da produção camponesa é o consumo e a aquisição de mercadorias. Portanto, em momentos de crise, ou trabalha-se mais ou priva-se mais, o que seria impensável em um sistema em que o objetivo não é a produção de mercadorias, mas de mais-valia<sup>2</sup>, de lucro, portanto (Oliveira, 1991). Logo, nenhum capitalista poderia deixar de extrair mais-valia, justamente porque isto significaria seu próprio fim.

Fazer essa análise do campesinato como classe social do modo capitalista de produção não significa ter um entendimento de que essa classe social é autônoma e que não está sujeita ao capitalismo. Pelo contrário, os camponeses fazem parte das chamadas classes subalternas (MOURA,

1986) e de alguma maneira sofrem também exploração nessa relação com o capital. Entretanto, essa exploração não se dá de forma direta, não se trata de assalariamento e nem, portanto, de extração de mais-valia. O que ocorre é uma sujeição de sua renda ao capital, o que lhe permite alguma maleabilidade para lidar nessa relação.

Quando o camponês, lidando com o limite de sua sobrevivência e de sua família, vende seus produtos por um preço por vezes inferior ao gasto que ele teve, ele está na verdade transferindo parte de sua renda para a sociedade como um todo (Oliveira, 1981), ou seja, o capital está extraíndo o seu trabalho excedente; é o que se chama de sujeição da renda da terra ao capital.

Assim, percebe-se que é justamente a especificidade do trabalho camponês, notadamente familiar, o fator que possibilita sua reprodução. Tendo em vista esta reprodução do campesinato no capitalismo, fica evidente a sua permanente relação com o mercado, ou seja, a produção camponesa não se dá de forma isolada:

*Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social.* (SHANIN, T. 1980:75)

A partir desta discussão, chegamos em um ponto muito importante: não é possível buscar explicação para a realidade na sua forma última e mais aparente e utilizá-la como pedra de toque para a compreensão dos processos sociais.

Quero dizer com isto que sabemos que o campesinato, historicamente, sempre esteve atrelado ao mercado, a idéia do camponês isolado é uma distorção da realidade.

Se quisermos propor uma explicação ou análise séria da realidade devemos fazê-lo não por sua forma aparente (onde não é possível buscar explicação, onde não tem sentido analítico) senão no âmago do processo, o que vale dizer nas relações sociais.

Por isto, a classificação do quão o camponês está ou não vinculado ao mercado para deixar de sê-lo (camponês) não tem sentido teórico, pois não explica. Ou seja, o que interessa são as relações sociais estabelecidas, pois, como afirmado anteriormente, vinculado ao mercado ele sempre esteve.

Posto isto, entendo que há três questões fundamentais nesta análise no sentido da compreensão do significado de trabalharmos com o conceito de camponês. A primeira delas, que já foi discutida, está no âmbito econômico, ou seja, no fato do campesinato ser compreendido como uma classe social deste modo de produção e ser por ele continuamente reproduzida. A segunda está no plano político, da luta camponesa pela terra, que é tão atual quanto antiga, como nos mostrou Wolf (1984), Martins (1990), Oliveira (1990, 1991) entre outros, e como nos tem mostrado Fernandes (2001).

No sentido político, os camponeses no Brasil têm tomado a rédea de seu destino ao ocuparem as terras do país em busca da reforma agrária e, obtendo com isso, o controle de seu processo de reprodução.

A terceira questão, sobre a qual eu gostaria de me demorar mais, e que, penso, não está de modo algum dissociada das duas anteriores - ao contrário, entendo que elas são *inter-determinadas* - se dá no plano moral, ou, no que poderíamos chamar de uma ordem moral camponesa.

Quero frisar neste artigo que o negligenciamento desta questão leva inevitavelmente a uma incompreensão total daquilo que é central quando discutimos o campesinato, e, por conseguinte, a questão agrária.

Alguns autores, como especialmente Klass e Ellen Woortmann, José de Souza Martins e E. P. Thompson, assim como a minha própria experiência na dissertação, serão muito úteis nesta discussão<sup>3</sup>

Estes autores apontam um caminho comum: uma interpretação de uma ordem moral, diversa daquela imposta pela sociedade de mercado, a ordem econômica, com a qual, "nós da cidade" costumamos operar nosso pensamento.

Parece que a questão fundamental aqui é o conceito enunciado por Thompson de *economia*

*moral*. A economia moral está indissociada de uma ordem moral que, evidentemente, se contrapõe a uma ordem econômica.

A ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam.

Nesta visão de mundo, expressa na ordem moral, não cabe uma concepção "atomizada" de sociedade, ou seja, todos os indivíduos de uma comunidade são co-responsáveis uns pelos outros.

A lógica da ordem econômica quando passa a se impor a grupos camponeses - isto é, a primazia da coisa, da mercadoria, sobre o ser, a pessoa - refere-se ao surgimento da besta-fera da qual falam Martins, Ellen e Klass.

Os camponeses são guiados por uma lógica que se inscreve no plano moral, a tentativa de subversão desta ordem, que é assentada no direito das pessoas, e não das coisas, é encarada como a instauração do demônio na sociedade.

É necessário, quando nos deparamos com grupos camponeses, perceber que operam com uma outra lógica, e, não buscar explicações sempre no âmbito dos fatores econômicos. É neste sentido que é valiosa a contribuição de Thompson.

Thompson nos aponta um caminho de abordagem que nos faz percorrer a história no sentido de buscar significados que estão germinados nas mentalidades, nos costumes, na ordem legitimadora das ações, na ordem moral.

Trata-se, portanto, de um outro universo de valores, completamente diverso do nosso, os laços de solidariedade são extremos, a vida é tecida com a vida dos outros, vizinhos e parentes, todos conhecem o que está acontecendo com os demais. A idéia do indivíduo com uma "vida pessoal" é inexistente. Se por um lado, muitas vezes as contendas familiares não são incomuns, por outro, a idéia de co-responsabilidade é extrema, a dificuldade de outrem é encarada como sendo a própria dificuldade. De acordo com WOORTMANN, E. (1995:313-4).

*As formações camponesas que estudei se aproximam de um sistema de*

*valores que configura o que Dumont (1970) chamou de "holismo", isto é, uma ordem social e ideológica onde, na relação entre as partes e o todo, este último tem preeminência, e onde o indivíduo é englobado pelo todo. Nesse tipo de sociedade camponesa, o indivíduo só pode existir, enquanto ser moral autônomo, fora não do mundo, como renunciante indiano, ou cristão medieval, mas fora do mundus do patrimônio ancestral, como renunciante à terra e à "cidadania" da comunidade. Não se trata de um holismo fundado na oposição entre o puro e o impuro (embora essa oposição hierárquica também caracterize a construção dos gêneros), nem na religião. Trata-se, melhor dito, de um holismo fundado na honra e na ancestralidade, no valor-família como modalidade específica do valor hierarquia.*

A grande dificuldade de diversos intelectuais (não apenas destes, como também de jornalistas, agentes de órgãos de desenvolvimento rural, assessores de movimentos sociais, etc) é conseguir captar esta lógica (holística/moral), especialmente porque – sem nos darmos conta (nós, os "paulistas" de Martins (1990), poderíamos dizer, as pessoas da cidade) operamos com a lógica da ordem econômica/particularista.

Quisemos com tudo isto mostrar o quão frágil é diferenciar agricultor familiar de camponês tendo em vista seu grau de tecnificação e sua inserção no mercado.

Há alguns belos exemplos, dentre milhares de outros, que colhi durante a realização de minha dissertação, que penso serem especiais nesta discussão.

Trabalhei com o Bairro Reforma Agrária, um bairro rural fruto de um projeto de reforma agrária do Governo do Estado de São Paulo em 1960. Ele está localizado nos municípios de Valinhos e Campinas e muitíssimo próximo a duas grandes vias de circulação que são as rodovias Anhangüera e Bandeirantes.

Seus sitiantes são camponeses produtores quase que exclusivamente de frutas que são direcionadas para o mercado. Todos eles têm alguns "confortos" considerados exclusivos do mundo urbano, como por exemplo carro, telefone,

eletrodomésticos e, alguns, têm também acesso em casa à rede internet. Todos eles trabalham com equipamentos extremamente modernos, de alta tecnologia e utilizam-se de produtos de multinacionais.

Possivelmente são considerados "agricultores familiares" A concepção de agricultor familiar está associada à idéia de que são pequenos empresários do setor agrícola, ou seja, estando eles altamente integrados ao mercado e menos "selvagens" segundo a classificação de LAMARCHE (1993:13-33), são então os agricultores próximos do "modelo ideal" segundo a mesma classificação.

Entretanto, é inútil tentar enxergar neles uma visão empresarial, quando todo o universo de valores camponês está imerso numa concepção holística de mundo.

A visão empresarial, que os teóricos da agricultura familiar acreditam que os "agricultores familiares" têm é avessa à lógica moral camponesa.

Muito embora parte do campesinato esteja altamente "tecnificado", como é o caso dos camponeses do Bairro Reforma Agrária, e com acesso aos mais variados objetos de consumo urbano, a lógica que lhes preside a vida não é a lógica da sociedade de mercado.

Acreditar que tratam-se de pequenos empresários é incorrer em um erro extremo. A lógica empresarial é a lógica do lucro, do negócio, contrária à ordem moral camponesa, como muito bem salientou Klass WOORTMANN (1990) em seu artigo "Com parente não se neguceia" Com parente "não se neguceia" porque os camponeses sabem que o negócio envolve um ganhar e o outro perder, e, neste sentido, seria extremamente desonroso ter ganho sobre quem é igual. A prática empresarial é contrária à concepção holística de mundo.

Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado sabemos que o mercado sempre fez parte da vida camponesa esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida. Se assim não fosse, após diversos anos de sucessivos "prejuízos" os camponeses venderiam a terra e deixariam de ser camponeses, como o caminho apontado por Lamarche (1993). Entretanto, não

é isto o que observamos acontecer, é recorrente ouvir o seguinte comentário a respeito dos "prejuízos": *"Fazer o que? Nós só tá trocando chumbo. O trabalho nosso é esse mesmo"* Esta fala é reveladora de uma questão que é fundamental: o camponês não computa seu trabalho quando fala do preço de seu produto.

Cabem agora os exemplos aos quais me referi. O primeiro deles diz respeito à questão do alto grau de tecnificação de que dispõem e ao mesmo tempo das inúmeras práticas que estão no âmbito do imaginário e ou religioso. Se para o cultivo da uva são utilizados instrumentos especiais com os quais os galhos são "grampeados" aos arames, ao mesmo tempo a fase da lua é observada para a realização da poda.

Para o olhar cuidadoso também é possível observar uma garrafa com água pendurada bem no alto, no início da roça, que contém em seu interior água benzida para afastar *mau-olhado*.

Inúmeras foram as vezes em que o Bairro se reuniu inteiro para procissões em pedido de chuva após longo período de estiagem. Inúmeras são as relações de troca entre as famílias do Bairro, inúmeras são também as trocas de conhecimento feitas pelos camponeses, que ao contrário de terem o "segredo como a alma do negócio" socializam seu saber, pois *'todo mundo tem que comer, não é?'* Esta troca de conhecimento é que dá a configuração do Bairro Rural, ele é o resultado da inter-relação das famílias no tocante ao que é, e como é produzido.

Impossível seria a existência de um bairro rural, que é uma unidade territorial muito específica, a partir da soma – e não da unidade - de *agricultores familiares*. Neste sentido é que é substancialmente diferente concebermos camponeses ou agricultores familiares quando tratamos com o território como categoria de análise. Se não se enxergam as relações não é possível ver uma unidade territorial sendo forjada, quanto mais compreendê-la.

Vale dizer que este tipo de prática (a prática camponesa que ressaltamos anteriormente) não se trata de uma questão de memória, de influência de um passado camponês, como quer Lamarche (1993) e sim de *mentalité*, como mostra Thompson (1998), ou seja, trata-se de uma

ordem moral, e este fato não é resquício do passado, é presente, ainda que em um mundo tecnificado. Ou seja, esta ordem moral só existe pois é indissociada da condição camponesa.

Thompson (1998) nos propõe que as análises sociais que têm sido feitas incorrem em um *reducionismo econômico* tal que impedem enxergar questões que são essenciais na compreensão da realidade:

*Um número muito grande de nossos historiadores do crescimento incorre num reducionismo econômico crasso, obliterando as complexidades da motivação, comportamento e função ... A debilidade comum a essas explicações é uma visão redutora do homem econômico.*

*Um sintoma da morte definitiva [da economia moral] é termos sido capazes de aceitar por tanto tempo um ponto de vista "economicista" dos motins da fome, como uma reação direta, espasmódica, irracional à fome – um ponto de vista, em si, produto de uma economia política que fez do salário o nexos das reciprocidades humanas. (1998: 151 e 202)*

Após esta discussão entendo que é possível afirmar que o conceito de agricultura familiar (quando usado em oposição ao de camponato) negligencia as três questões levantadas anteriormente, sem as quais, é impossível fazer uma análise aprofundada e séria da realidade.

O "conceito" de agricultura familiar, como bem mostrou Fernandes (2001), tem tido um forte cunho político por trás, e foi especialmente disseminado por pesquisadores do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Este núcleo é parte integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e desenvolveu pesquisas no Brasil todo e, evidentemente, orientou as políticas públicas no tocante ao desenvolvimento agrário durante o mandato do presidente Fernando Henrique.

De acordo com FERNANDES (2001:34-5) ...os projetos do governo foram criados a partir de uma forte influência da visão da agricultura familiar ... O Novo

Mundo Rural é um projeto criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e tem como princípio "*promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais - que compreendem pequenos e médios centros urbanos -, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas* (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999)"

Esta visão de agricultura familiar, assentada na idéia de que estes já não são camponeses - e que, portanto, podem e devem até mesmo desenvolver outras atividades que não agrícolas - posto que estão imensamente envolvidos com o mercado, tem duas implicações que considero extremamente sérias, sobretudo se considerarmos o peso que esta concepção tem tido no direcionamento das políticas públicas no Brasil.

A primeira questão é que esta visão negligencia toda uma ordem de valores que se inserem no plano moral e, que, a despeito da integração destes camponeses no mercado, orienta-lhes a prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global, como procuramos mostrar.

A segunda implicação está no fato de que esta abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária. Em momento algum intelectuais, como por exemplo, Ricardo

Abramovay, que acredita na possibilidade de um desenvolvimento rural pleno, colocam-se a questão da reforma agrária e do anseio por terra de milhares de famílias.

O NEAD, em um de seus boletins, número 131, (disponível na rede internet) apresentou a seguinte enquete: "*A permanência dos jovens no meio rural pode vir a ser comprometida por ...*" e então apresentava três alternativas de respostas para uma pergunta que poderia ter sido formulada da seguinte maneira: Por que você acha que o jovem não vai ficar no campo?

Certamente, quer se com este tipo de enquete e/ou afirmação que se obtenha uma "conclusão" óbvia: se intelectuais especialistas em questão agrária estão afirmando, respaldados em suas inúmeras pesquisas científicas, que os jovens não ficarão no campo, por que então realizar a reforma agrária?

Em abril de 2001 o NEAD organizou na FEA/USP um evento chamado *O Novo Brasil Rural* - evento este financiado, evidentemente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a presença do então Ministro Raul Jungmann em seu fechamento, em que ficou absolutamente claro qual era a função de seus intelectuais ao respaldarem cientificamente as políticas públicas então adotadas.

Isto posto, voltamos à questão inicial do texto, que trata da responsabilidade social da pesquisa científica.

Creio que estão postos pelo menos dois perigos quando da "aplicação" desta visão teórica nas políticas públicas no tocante à questão agrária: o primeiro é imputar uma camisa de força (empresarial) nos camponeses que já estão estabelecidos, o segundo é o refreamento da reforma agrária por não conceberem a continuidade do campesinato, a despeito da atuação de milhares de famílias sem-terra no campo.

## Notas

<sup>1</sup> Concordando com Michael LÖWY (1987: 11): "A definição da ideologia ... como uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida nos parece a mais apropriada porque ela conserva a dimensão crítica que o termo tinha em sua origem (Marx)."

<sup>2</sup> LUXEMBURG, R. 1970, p.21.

<sup>3</sup> Parte do aprofundamento desta reflexão foi proporcionada pela realização da disciplina *Campesinato: modo de vida e espacialização*, ministrada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marta Inês Medeiros Marques no segundo semestre de 2001, DG-FFLCH/USP. Mais tarde, por ocasião do XIII ENG (julho/2002) foi possível aprofundar este debate

na comunicação coordenada que realizamos, intitulada "O debate teórico acerca dos conceitos de agricultura familiar e campesinato" que contou também com a participação dos professores

Bernardo Mançano Fernandes e Marta Inês Medeiros Marques, sob a coordenação de Marco Antonio Mitidiero Jr. Parte da discussão que faço neste artigo foi apresentada nesta Comunicação.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo – Rio de Janeiro Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.
- ANDRADE, M. C. Prefácio de *Élisée Reclus*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Editora Ática, 1985.
- BOMBARDI, L.M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- GONÇALVES, C. W. P. *Da Geografia às Geo-grafias*. Texto apresentado na II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales. Grupo de Trabajo de Economía Internacioanal. Universidad de Guadalajara, México, 21-22 de Noviembre de 2001. mimeo. 41p.
- KROPOTKIN, P. "O que a Geografia deve ser" In: *Seleção de Textos, Teoria e Método*, São Paulo: AGB, nº13, 1986.
- LAMARCHE, H. (Coord.) *A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A Agricultura Familiar: do mito a realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1987
- MARTINS, J.S. *O Cativo da Terra*. 6ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Princípios).
- OLIVEIRA, A. U. "Agricultura e Indústria no Brasil" In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.58, São Paulo: AGB, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1990. (Princípios).
- \_\_\_\_\_. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec. 1990.
- SHANIN, T. "El campesinado como factor político" In: \_\_\_\_\_. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- \_\_\_\_\_. "A Definição de camponês: conceituações e desconceituações" *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. n. 26, 1980. p.43-80.
- \_\_\_\_\_. *La clase incomoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Chayanov e a questão do campesinato*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. s.d. (Mimeogr.). Transcrição: Leny Belon Ribeiro e Marcos A. G. Domingues.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987

WOLF, E. *Guerras Camponesas do Século XX*. São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Brasília: Hucitec / Editora da UnB, 1995.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral, in *Anuário Antropológico/87*, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.

Texto aceito em junho de 2003.

